

INFLUÊNCIA DA ESCOLA NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA AUTO-ESTIMA DE ALUNOS NEGROS

Francisca M^a do Nascimento Sousa

FACULDADE SANTO AGOSTINHO / SEMEC

A sociedade brasileira é historicamente marcada pelo racismo e pela discriminação de sua população negra. Tal fato - marca da chegada do homem branco às terras das Américas e que, por séculos, concretizou-se pela prática espúria do escravismo - vem se perpetuando através da exclusão econômica, política e cultural da maioria da população negra e do monopólio do capital econômico e cultural, sob a égide dos segmentos brancos.

Processo que se iniciou com a invasão dos territórios africanos há mais de 500 anos - de onde partiram *“em, magotes, milhões de habitantes que, em geral, iam trabalhar, como escravos, nas possessões européias das américas”* (Maestri, 1988. p.7) - a dominação branca foi, posteriormente, justificada pelas idéias racistas do final do século XIX. Essas idéias baseavam-se, principalmente, nas teorias de Darwin sobre a evolução das espécies (por isso foram denominadas de darwinismo social), e defendiam o princípio da superioridade de algumas raças humanas sobre outras, justificando assim a dominação. A esse respeito diz Seyferth:

O darwinismo social – principal doutrina racista vigente na passagem do século [XIX] radicou o primado das leis biológicas na determinação da civilização, afirmando que o progresso humano é um resultado da luta e da competição entre raças, vencendo os mais capazes (ou aptos) – no caso, os brancos, porque as demais raças, principalmente os negros, acabariam sucumbindo à seleção natural e social (1996.p.43).

Paralelo à disseminação dessa ideologia da superioridade branca, foi-se dando, também, a supervalorização da sua cultura, oficializando-a como a representante do saber universal e a expressão máxima da evolução da espécie humana. Afirmando-se, dessa forma, as *"desigualdades da raça humana partindo do pressuposto de que a cultura é biologicamente determinada"*, (Seyferth, 1996. p.

42). Isto é, que a raça humana não é única, havendo uma hierarquia entre elas, onde a raça branca européia é localizada no topo, enquanto a negra e a indígena (vistas como bárbaras e selvagens) são situadas no patamar mais inferior da civilização, sendo que outras raças acomodam-se, em posições intermediárias, entre esses dois extremos.

Essas idéias racistas, no entanto, nem sempre se apresentaram abertamente no nosso país. Muitas vezes, dão-se de forma camuflada, sob o discurso da igualdade entre as raças, a chamada “democracia racial”. Esse discurso ajudou a introjetar no imaginário da sociedade, isto é, na concepção popular, a crença de que no Brasil não existe discriminação racial, que somos um país miscigenado, ordeiro, onde “todos gozam dos mesmos direitos”. Aqueles que não “vencem” na vida são culpados pelo próprio fracasso: por “não terem força de vontade” ou por “serem menos inteligentes”.

Ora, se no contingente dos considerados fracassados - que são os mais pobres - a maioria é negra, “confirma-se” assim a prerrogativa de que de fato constitui-se numa raça de seres menos inteligentes, sendo, pois, inaptos para postos de mando que exigem grandes elaborações intelectuais. Assim, torna-se “natural” que a grande maioria dos negros concentre-se em ocupações desqualificadas socialmente, como nas atividades braçais.

Essa culpabilização individualizada do insucesso (seja na escola ou no trabalho), é por nós entendida como uma tática política que visa a desvincular essas desigualdades da estrutura sócio-política e racial dominante, isentando o poder constituído das responsabilidades sobre tais desigualdades. A introjeção dessa ideologia - típica do pensamento competitivo neo-liberal - foi detectada, por nós, nas falas de alguns sujeitos participantes desta pesquisa, tanto entre os alunos e alunas como entre as educadoras e educadores. Dizia a professora, DM, 4ª série “B”, para alguns alunos mais dispersos:

*o prefeito mantém essa escola, que é cara, mas **os alunos** não sabem aproveitar, **não querem nada**, vêm mesmo pra bagunçar.*

Um aluno negro da mesma sala diz:

*A escola é boa, **o problema é comigo**, eu não gosto de estudar (LY, 12 anos).*

Essas duas falas são exemplos ilustrativos de que muitos na escola já apreenderam a falsa concepção de que no Brasil não há discriminação. "As oportunidades são iguais para todos", negros e brancos, ricos e pobres; só que muitos não sabem aproveitar. Todavia, quem quer e/ou quem é mais apto, mais inteligente "progredirá".

Vejamos o que diz Carlos Hasenbalg acerca dessa ideologia da democracia racial:

*As noções acerca da democracia racial foram formuladas por intelectuais a partir de idéias pré existentes e, no caso brasileiro, foram encampadas pelo Estado e oferecem a definição oficial da situação. Mais ainda, essas idéias estão incorporadas no senso comum racial da população. Ao se falar ou agir contra essa definição pode-se incorrer em custos políticos e sociais elevados. Um desses custos é a sempre repetida acusação de se **tentar impor um problema que inexistente na sociedade brasileira** (1996. p.237. Grifo nosso).*

Essa concepção do Brasil como um país racialmente democrático expandiu-se, principalmente, a partir da literatura de Gilberto Freyre, através do livro *Casa grande e senzala* (1933). Nessa obra, o autor analisa a escravidão brasileira como tendo características paternal, ou mesmo protecionista, onde a relação senhor/escravo dava-se em caráter de compadrio, quase familiar.

Amenizando a violência que caracterizou as relações do sistema escravista brasileiro, Freyre transfere esse mesmo pensamento para as relações raciais pós-abolição, difundindo a idéia de igualdade entre as raças, bem como de uma convivência harmônica entre si.

Contudo, a difusão da ideologia de uma sociedade racialmente democrática caracteriza-se como uma estratégia política que, ao mesmo tempo isenta o poder dominante de tomar atitudes concretas contra a discriminação real e desestimula os negros de lutarem contra tal situação. Para Cavalleiro, essa ideologia visa "*manter os conflitos étnicos fora do palco das discussões... e encobrir as práticas racistas existentes no território nacional.*" (1998. p. 42-43).

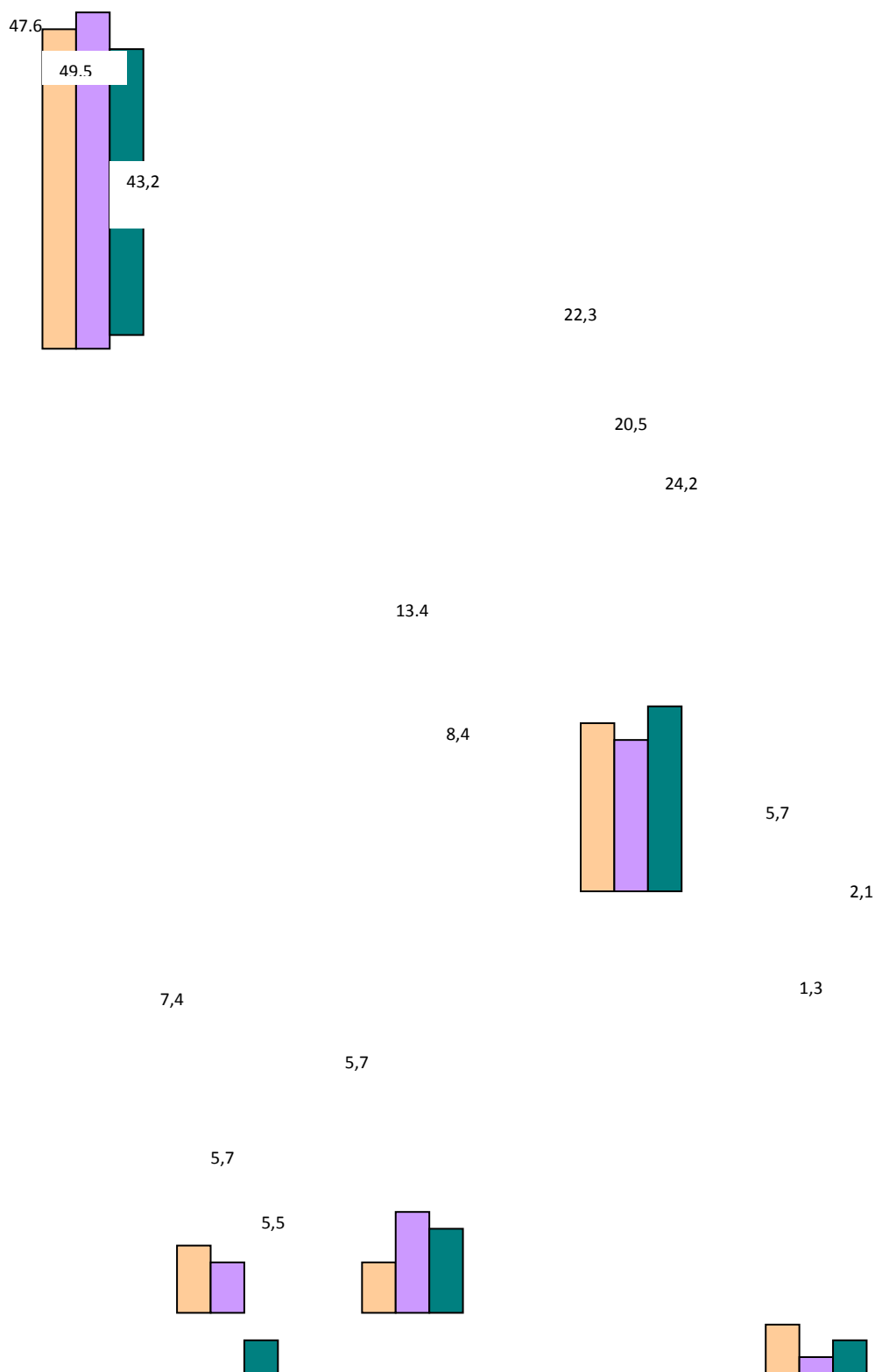
A escola, como elemento integrante do todo social, não fica isenta dessa concepção, ao contrário, reflete as suas contradições. Incorporando parte dessas ideologias discriminatórias, formula um padrão de indivíduo dentro dos ideários dominantes da cultura branca, acarretando danos à formação da identidade do aluno negro, com repercussão negativa, inclusive, no seu processo de aprendizagem. Como isso se dá ? Entendemos que a autoconfiança é fator importante para o bom desenvolvimento da criança e que, por outro lado, uma auto-estima negativa causa prejuízos a esse desenvolvimento. Ora, à medida que a escola desqualifica os atributos raciais da criança negra como: sua cor, seus traços físicos e as manifestações culturais e religiosas ligadas à sua origem, contribui para negativizar a auto-estima do aluno e para acentuar sentimentos de inferioridade e de rejeição em relação a si próprio.

Rocha (1997) refere-se a tal situação afirmando que "*existe uma ambigüidade por parte dessas crianças em aceitarem o próprio corpo, por conseguinte, em se aceitarem como negras, gerando muitas reações, tais como: timidez, melancolia, depressão e agressividade, interferindo no processo de educação das mesmas*" (p.40).

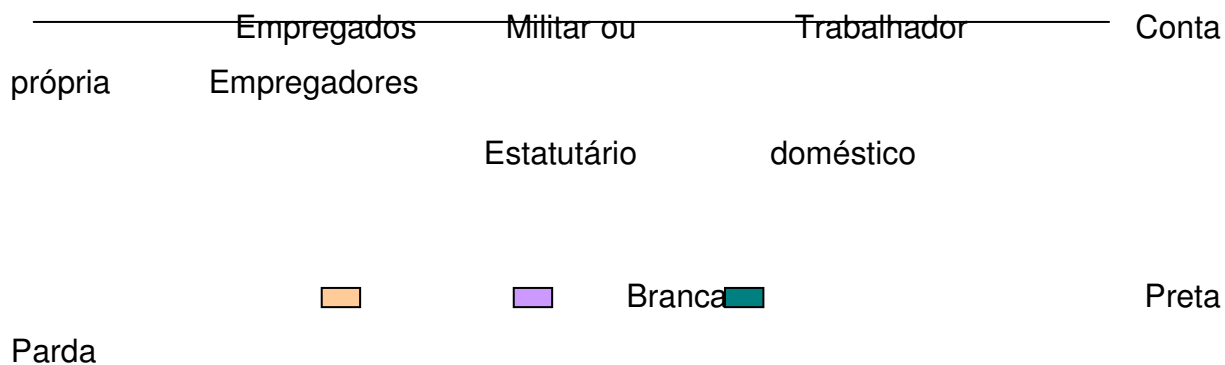
Vale registrar também que as escolas públicas - às quais a maioria das crianças e jovens negros têm acesso - apresentam, geralmente, baixíssima qualidade, contrastando com o nível de excelência daquelas destinadas aos privilegiados filhos das elites brancas. O que constitui mais uma injustiça social, posto que se dá menos, exatamente para os que precisam mais.

A conseqüência imediata desse sistema dualista e discriminatório de educação vai se estampar no campo do trabalho. Isso porque muitos negros chegam ao mercado com pouca qualificação ou com nível bem inferior de estudos, não tendo, pois, como competir em pé de igualdade com os oriundos dos grupos mais privilegiados. Daí, obrigam-se a assumir tarefas tidas como subalternas, de pouco valor financeiro e sem reconhecimento social, tais como: trabalhos braçais, serviços gerais, domésticos e similares. Alguns dados de censos oficiais dão mostras explícitas desta realidade excludente e discriminatória:

Gráfico 1 - População ocupada, por posição na ocupação e cor ou raça no Brasil – 1998^[1]



^[1] Fonte: PNAD – IBGE, 1999.

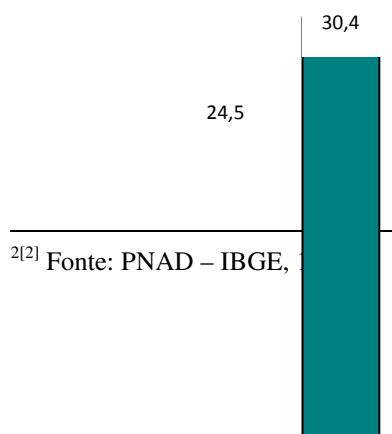


O motivo de ter mais pretos que brancos empregados, pode dever-se ao fato de os negros ingressarem bem mais jovens (não raro ainda crianças), no mercado de trabalho, e permanecerem trabalhando por muito mais tempo; muitos, até a velhice. No entanto, quando se avalia o trabalho mais qualificado, como no caso dos serviços públicos (militares ou estatutários), há uma considerável inversão no preenchimento das vagas, como demonstra o gráfico 1, sendo os brancos a maioria. Realidade que se acentua, ainda mais, no item empregador, no qual os pretos têm participação mínima.

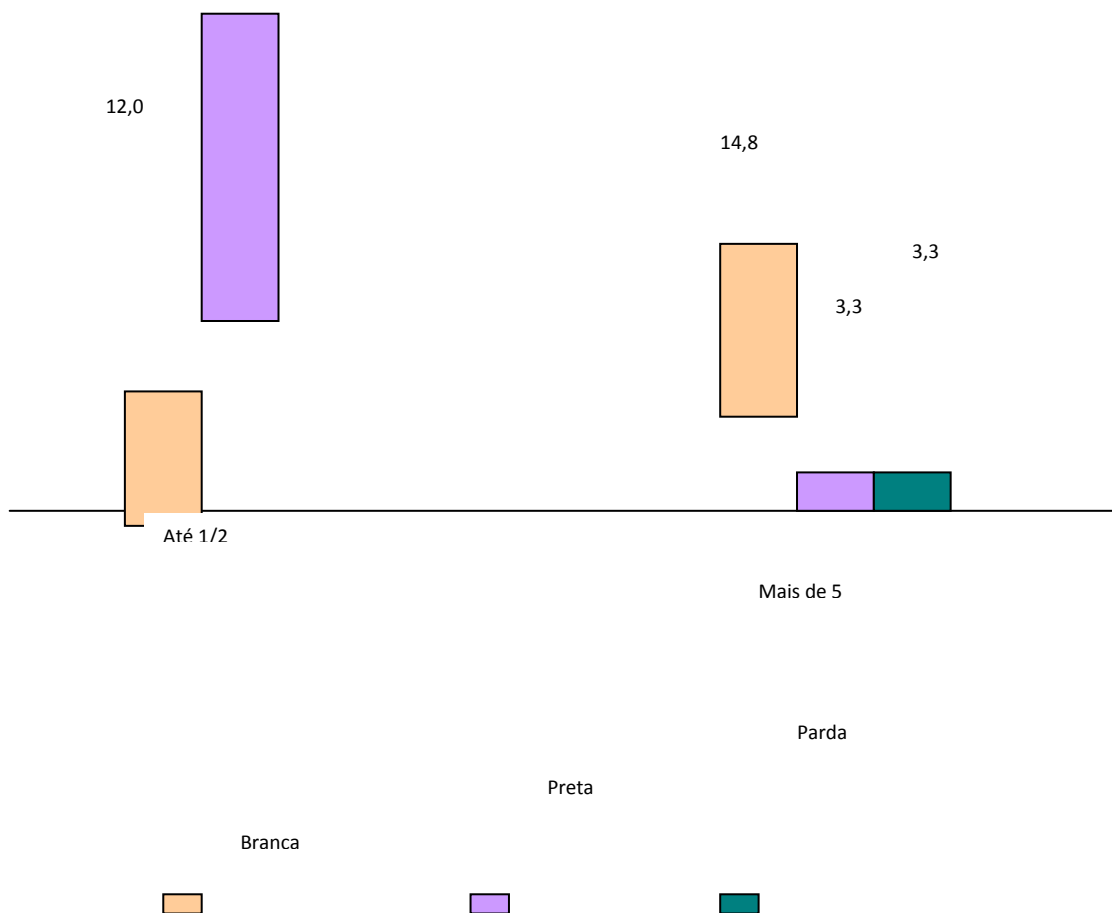
Os negros (pretos e pardos) voltam a predominar nos trabalhos mal remunerados e sem prestígio social, ou seja, nos empregos domésticos e similares (Gráfico 1).

Essa realidade se reflete diretamente sobre a família, tornando-se um ciclo vicioso, como atestam os dados sobre renda familiar:

Gráfico 2 - Famílias, por classes de rendimento familiar per capita em salário mínimo e cor ou raça – Brasil – 1998^{2[2]}



^{2[2]} Fonte: PNAD – IBGE,



Observemos (gráfico 2) que, na camada da população mais pobres, ou seja, aqueles que vivem com até meio salário mínimo, há a predominância da população negra (pretos e pardos). Situação que se inverte, radicalmente, na setor populacional mais abastado, ou seja, aquelas famílias que percebem mais de 5 (cinco) salários mínimos. Aí, a grande maioria é branca. Isto se dá mesmo considerando que os negros trabalham mais, como demonstra o gráfico 1.

Tomemos, ainda, para análise os dados educacionais, por raça/cor, das últimas quatro décadas, nos quais observa-se que a discriminação racial contra os não-brancos também se repete:

Tabela 1 - Números médios de ano de estudos^{3[3]}

COR	1960	1970	1980	1990	1998 ^{4[4]}
Preta	0,9		2,1	3,3	5,1
Parda	1,1		2,4	3,6	5,1
Branca	2,7		4,5	5,9	7,5
Amarela	2,9		6,4	8,6	

A despeito do acesso da população negra à educação e ao mercado de trabalho Hasenbalg (1996) registra o seguinte:

... negros e mestiços estão expostos a diversas práticas discriminatórias no mercado de trabalho. Além de ingressar nesse com uma dotação menor de educação formal que os brancos, os negros e mestiços estão expostos a discriminação ocupacional... bloqueio de mobilidade dentro da ocupação e promoções...concentração desproporcional de pretos e pardos nas ocupações manuais urbanas, particularmente nas menos qualificadas e pior remuneradas, como é o caso da construção civil, emprego doméstico e prestação de serviços pessoais...sendo a exclusão mais acentuada no topo da hierarquia ocupacional (1996. P. 240. Grifos nossos).

É o que se pode ler nos dados oficiais anteriormente expostos: os negro apresentam menos anos de estudos e ocupam os postos de trabalho pior remunerados e tidos como desqualificados e sem prestígio social.

O desejo de desenvolver um trabalho que discutisse a temática educação e raça nasceu basicamente da minha experiência de vida com a escola. Primeiro, como estudante negra e, posteriormente, como professora. Incomodava-me constatar, por exemplo, que muitas atitudes e comportamentos discriminatórios, por me observados, com relação aos alunos negros de hoje (xingamentos, comparações desagradáveis, apelidos),

^{3[3]} Fonte PCN n. 10. Obs: a referida fonte não trouxe dados sobre o senso de 1970

^{4[4]} Fonte PNAD – IBGE, 1999. A referida fonte não trouxe dados sobre a população amarela do ano de 1998. Obs: Esses são os dados mais recentes sobre as condições de salário, renda e trabalho dos brasileiros. Os dados do senso 2000 não estavam disponíveis para consulta pública, até o momento de fecharmos este trabalho.

reportavam-me para minha própria vivência enquanto criança/estudante negra, pois eu havia passado por experiências semelhantes.

Constatávamos então que, apesar das muitas mudanças ocorridas na escola no que se referem às idéias pedagógicas, à modernização do material didático, ao relacionamento professor/aluno, dentre outras, a problemática da discriminação racial estava lá, quase intocável, conservando padrões e estereótipos seculares que oprimem e estigmatizam os alunos negros.

Com vistas a contribuir para a superação desta realidade definimos trabalhar a construção da auto-estima do aluno negro no âmbito da escola por entendermos ser esta questão fundamental para instrumentalizar melhor professores e alunos, especialmente os negros e negras, para compreenderem e superarem os problemas que hoje enfrentam, por pertencerem a um segmento racial socialmente inferiorizado e em crise de identidade.

Considerando, ainda, que a elaboração de conceitos e valores, sobre si ou sobre os outros, não se dá de forma isolada, mas no convívio social com os demais indivíduos e grupos, sendo o nosso autoconceito bastante influenciado pelo olhar dos outros sobre nós, é que percebemos as alunas e alunos negros em desvantagem em relação aos brancos - nesse processo de construção da auto-estima - posto que os brancos têm seus biotipos e padrões culturais destacados, supervalorizados e divulgados como modelo, como ideais. Contrariamente, as alunas e alunos negros não encontram na escola referenciais positivos de sua raça nos quais possam espelhar-se e/ou orgulhar-se.

Ao referir-se a esta questão, Lopes (1987) diz que a construção do autoconceito, da auto-identificação passa necessariamente por referenciais, *“ninguém pode construir uma identidade sem um referencial”* (p.38). Este, por sua vez, deve passar segurança, orgulho e perspectivas positivas, por ser um ideal, um desejo a ser alcançado. Constatamos, no entanto, que a forma estereotipada e negativista como a escola se refere aos atributos da raça negra vem contribuindo para distanciar as crianças afrodescendentes de suas origens, *“já que o negro no Brasil é educado para entender, desde muito cedo, que para ser homem, ele deve ser branco”* (op. cit. P.38), dificultando no aluno negro a construção de uma

identidade positiva e, conseqüentemente, o seu reconhecimento como pertencente a um grupo racial determinado.

Compreendemos que trabalhar a formação da auto-estima no âmbito da escola, numa dimensão multiétnica, passa necessariamente pela apreensão do conceito de equidade, ou seja, construir a igualdade na diversidade. Passa pela compreensão de um Brasil multifacetado na sua constituição étnico-racial e política, levando o aluno a entender que a raça humana, apesar de ser única enquanto espécie, tem uma vasta diversidade nos seus caracteres fenóticos e sócio-culturais, sem que isso signifique a superioridade de uma raça sobre às demais. Ou seja, diferença não é sinônimo de desigualdade. Posturas assim poderão contribuir para estabelecer uma relação de maior respeito entre os diversos segmentos que compõem este Brasil.

Acreditamos que, desenvolver estudos sobre as relações raciais num país como o nosso, visando conhecer cientificamente a realidade e contribuir para a elucidação de problemas seculares - como o da discriminação e do racismo - é trabalhar no sentido de consolidar a cidadania de todo o povo brasileiro.

Nesse sentido, com base em referenciais tais como Fernandes (1965), Freire (1983), Ianni (1988), Hasenbalg (1996), Boakari (1994, 1999), Munanga (1988, 1999), Guareschi (1995), Berger e Luckmann (1993) dentre outros, e em observações feitas no cotidiano escolar sobre as relações raciais na sociedade brasileira, fomos ao campo com o objetivo de investigar como a instituição escolar vem influenciando, de modo peculiar, sobre a construção da auto-estima de estudantes negros e negras. Interessava-nos, sobretudo, analisar as formas como os negros estavam representados nas diversas modalidades de linguagem (oral, escrita, iconográfica, gestual) utilizadas no cotidiano da escola, posto ser a linguagem *“capaz de se tornar o repositório objetivo de vastas acumulações de significados e experiências que pode então preservar no tempo e transmitir às gerações seguintes”* idéias e conceitos valorativos, nem sempre favoráveis aos representados (Berger & Luckmann, 1993. p. 57).

Considerando ser o problema por nós proposto, de natureza sócio-cultural, de cunho ideológico, tornou-se necessária uma investigação de campo direta que nos favorecesse uma ampla compreensão das práticas pedagógicas e das relações interpessoais e inter-raciais predominantes no cotidiano escolar. Isso porque,

segundo Triviños, esse tipo de procedimento favorece a “*consciência do sujeito*” e compreende a realidade social “*como uma construção humana*” (1995. p.125), superando pois os conceitos sólidos e deterministas que concebem a realidade como algo pronto e imutável.

Nesse sentido, utilizamos, como técnica de coleta de dados, a observação participante e as entrevistas com integrantes da escola (estudantes, professora, diretora e coordenadora pedagógica) e, ainda, conversas informais com outros sujeitos integrantes da comunidade escolar: vigias, merendeiras, secretárias, zeladoras e auxiliares de serviços.

Assim, frases, piadas, expressões de cunho racista ou discriminatório contra estudantes negros e negras; omissões ou uso da palavra negro ou semelhantes ao referir-se a sujeitos tipicamente negros; festas, apresentações teatrais, textos, desenhos, cartazes e ilustrações, fotografias, faixas e murais constituíram-se recursos de grande valia para o nosso trabalho, bem como, todos os demais instrumentos utilizados pela escola como meio de comunicação ou informação.

Recorremos ainda a alguns dados censitários os quais ajudaram a ilustrar e demonstrar algumas realidades sócio-econômicas brasileiras especialmente no que tange à relação raça\riqueza e raça\educação. Pois, mesmo uma pesquisa de cunho qualitativo como esta não pode deixar de valer-se de dados quantitativos que ajudam a retratar as realidades sociais.

O presente trabalho está dividido em cinco capítulos. No primeiro, intitulado “*Nuanças e particularidades na discussão sobre o negro brasileiro*”, introduzimos o debate sobre alguns termos que consideramos essenciais para a discussão da temática proposta.

No segundo, “*Racismo e exclusão: breve relato da história do negro brasileiro*”, é feita uma análise da história do negro no Brasil demonstrando a forma como a maioria deste segmento populacional vem sendo, ao longo da história deste país, relegada à discriminação e à exclusão social.

No terceiro capítulo do trabalho, descrevemos a escola pesquisada nos seus diversos aspectos: geográfico, infra-estruturais, sociais e raciais.

No quarto, “*A pesquisa*”, demonstramos os sujeitos participantes do trabalho e os procedimentos metodológicos utilizados para a concretização da mesma.

No quinto capítulo, sob o título “*Apresentando, analisando e interpretando os resultados da pesquisa*”, discorremos sobre as diversas formas de linguagens utilizadas pela escola para concretizar a ação educativa e a distância existente entre a linguagem falada, oral, onde predomina o discurso da igualdade e da não discriminação, e as diversas formas de linguagem não-verbal, onde se detecta exemplos explícitos de mensagens racistas.

Faz parte deste capítulo, também, as análises dos resultados obtidos nas investigações à luz do referencial utilizado e da realidade observada durante o processo de trabalho.

E, por fim, a parte conclusiva, onde apresentamos os resultados do estudo e discutimos a importância da escola desenvolver ações concretas com vistas a proporcionar uma convivência multirracial mais favorável aos estudantes negros e negras. São apresentadas, ainda, algumas propostas que visam a contribuir para uma mudança de postura por parte dos educadores e educadoras e demais profissionais da escola que se mostram sensíveis ao problema.
